

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Modelo

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE FEVEREIRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 06: Chico Noroeste - Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA MODELO DA REUNIÃO
REALIZADA EM
29 DE FEVEREIRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Irineu Colombo e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios: (usar Catalog - Item/Size 14)

Sob o nº CTL/SEEG/316, 317, 318, 319 e 423/99, do senhor governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

409/99: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Libertos para Viver - Crelivi, com sede e foro no município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.737. **Anote-se - Arquivo-se.**

318/99: De autoria do deputado Edno Guimarães, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao senhor Dirceu Rosa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.738. **Anote-se - Arquivo-se.**

015/96: Da Procuradoria Geral de Justiça, que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 85. **Anote-se - Arquivo-se.**

578/99: Do Tribunal de Justiça, que revoga o § 4º, do art. 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, com a redação dada pela Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.827. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/034/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do deputado Caíto Quintana, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 04/2000, do senhor Giovanni Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, encaminhando demonstrativo das alterações de despesas realizadas em dezembro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1944/99, do senhor Valderi Vilela, assessor parlamentar da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando resposta de pedido de informações, requerido pelo deputado deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre "Movimentação do Quadro de Servidores da Administração Direta". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Requerimentos: (usar Catalog - Item/S 14)

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei nº 024/2000, que revoga a Lei Complementar nº 76.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Felício Krizizanoski e Maria Kriziza-

noski, que completou 59 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação dos Municípios dos Campos Gerais (Avenida Visconde de Taunay, 950 - 4º andar - Ponta Grossa - PR - CEP: 80051-900), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 04 de fevereiro, em Assembléia Geral, a Associação dos Municípios dos Campos Gerais, elegeu sua nova diretoria, que ficou assim constituída:

presidente	Claudino Braga - prefeito municipal de Castro
1º vice-presidente	Geraldo Magela do Nascimento - prefeito municipal de Ortigueira
2º vice-presidente	Ocimar Roberto B. de Camargo - prefeito municipal de Ventania
1º tesoureiro	Mussoline Mansani - prefeito municipal de Palmeira
2º tesoureiro	Rodnei Kalil A. Jayme - prefeito municipal de Piraí do Sul Ademar Ferreira de Barros - prefeito municipal de Jaguariaíva

Conselho Fiscal

presidente	Alci Pedroso de Oliveira - prefeito de Carambeí
membro	Homero Talevi Campos - prefeito de Tibagi
membro	Jorge Sloboda - prefeito de Ivaí

Conselho Deliberativo

presidente	Carlos Hugo W. Von Graffen - prefeito de Telêmaco Borba
membro	Roberto Gomes de Lima - prefeito de Ipiranga
membro	Carlos Mário Justus Martins - prefeito de Reserva

Conselho para Assuntos de Educação, Cultura e Esportes

Sidnei da Silva Mendes - prefeito de Imbaú

Conselho para Assuntos de Tributos e Finanças

Anselmo Jorge de Lima - prefeito de Sengés

Conselho para Assuntos da Agricultura

Geraldo Magela do Nascimento - prefeito de Ortigueira

Conselho para Assuntos de Saúde e Ação Social

Ademir Schulhi - prefeito de Porto Amazonas

Conselho para Assuntos de Desenvolvimento Regional

Homero Talevi Campos - prefeito de Tibagi

Claudioni Braga - prefeito de Castro

Conselho para Assuntos de Turismo e Meio Ambiente

Mussoline Mansani - prefeito de Palmeira

Carlos Hugo W. Von Graffen - prefeito de Telêmaco Borba

Conselho para Assuntos de Segurança Pública

Ademar Ferreira de Barros - prefeito de Jaguariaíva

À toda a nova Diretoria eleita, com desejo de muito sucesso na gestão, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Projetos de Lei: (usar Catalog - Item/S 14)

PROJETO DE LEI Nº 034/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir o Núcleo Regional de Educação de Nova Londrina para Loanda.

Art. 2º - Fica também o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder as alterações administrativas necessárias para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Loanda é a segunda cidade em importância geoeconômica da microrregião da Amunpar, tendo a sua frente somente a cidade de Paranavaí, e onde estão localizados os Núcleos Regionais das principais Secretarias do Estado. Sua condição de cidade-pólo se comprova por possuir ou ser sede dos seguintes órgãos federais: Posto do INSS, Posto do Ibama, Posto da Receita Federal, 35ª Delegacia do Serviço Militar do Exército, 17º Tiro de Guerra da 5ª Região Militar; e Estaduais: 2ª Cia. do Batalhão da Polícia Militar, 28ª Circunscrição de Trânsito, sede de Comarca de Entrância Intermediária, Agência da Copel que atende 8 municípios, Escritório Regional da Sanepar que atende 5 municípios, Posto do IPE, Escritório Regional da Emater, Agência Estadual de Rendas que atende 4 municípios, 20ª Delegacia Regional da Polícia Civil que atende 8 municípios e Posto Policial Rodoviário que atende 12 municípios.

Desde 1976, Loanda foi a sede da 37ª Inspeção Regional de Ensino, cuja abrangência compreendia os municípios de Loanda, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Porto Rico, São Pedro do Paraná e Planaltina do Paraná. Com a transformação das inspeções em Núcleos Regionais de Educação, todos aqueles municípios passaram a pertencer ao NRE de Paranavaí. Em 1993, houve a criação de novos Núcleos de Educação, com o desmembramento de alguns que eram formados por um número excessivo de municípios, dificultando o bom atendimento. Nesta época, através de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Educação, o NRE de Paranavaí foi desmembrado e cuja sede deveria ser Loanda para atender os municípios de Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Marilena, Nova Londrina, Loanda, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e Planaltina do Paraná.

Por incompatibilidade político-partidária do então governador do Estado com o prefeito de Loanda, naquela época a sede do núcleo foi instalado em Nova Londrina.

Para os professores, alunos e a comunidade em geral, os municípios mencionados sempre tiveram Loanda como referência microrregional para atender as suas necessidades, por possuir uma estrutura maior nas áreas comercial, industrial, médica, estudantil e de serviços.

Por sua posição geográfica e sua importância econômica com relação aos demais municípios do fundão do extremo noroeste paranaense, Loanda pretende, por direito, ser a sede do Núcleo Regional de Educação.

Junto a presente cópia de requerimento firmado por oito prefeitos pertencentes ao NRE de Nova Londrina, ofício do prefeito de Loanda e quadro comparativo das distâncias.

Para elucidar nossa tese de que Loanda é, geograficamente, mais adequada para atender os interesses educacionais da população, apresento abaixo um quadro comparativo das cidades que hoje são atendidas pelo NRE de Nova Londrina, apresentando as distâncias das mesmas em relação a Loanda:

Cidade Sede	Cidade Abrangida	Distância (km)
Loanda Nova Londrina	Sta. Cruz Monte Castelo	18
	Sta. Cruz Monte Castelo	53
Loanda Nova Londrina	Querência do Norte	48
	Querência do Norte	83
Loanda Nova Londrina	Porto Rico	27
	Porto Rico	62
Loanda Nova Londrina	São Pedro do Paraná	19
	São Pedro do Paraná	54
Loanda Nova Londrina	Guairaçá	50
	Guairaçá	50
Loanda Nova Londrina	Planaltina do Paraná	30
	Planaltina do Paraná	65
Loanda Nova Londrina	Santa Mônica	28
	Santa Mônica	63
Loanda Nova Londrina	Santa Isabel do Ivaí	09
	Santa Isabel do Ivaí	44

PROJETO DE LEI Nº 035/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os Cartórios de Registro Civil das pessoas naturais do Estado do Paraná, através de seus oficiais, obrigados a remeter cópias das certidões de óbitos lavradas nos Cartórios Eleitorais da respectiva Comarca, a cada semestre, nos meses de março e setembro de cada ano.

Art. 2º - O não cumprimento da providência acarretará multa, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no valor de 1000 (mil) UFIR's.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Ao ser atingida pela morte de um familiar, além do abalo emocional e transtornos decorrentes da perda de um ente, os parentes do *de cujus* devem adotar inúmeras providências burocráticas como: cartas às instituições financeiras, associações, entidades a que a pessoa falecida estava ligada, etc.

Muitos não têm conhecimento de que o Estado não se encarrega de comunicar o óbito às repartições públicas, como no caso da Zona Eleitoral onde estava inscrita a pessoa falecida e ao Instituto de Identificação.

Assim, visando evitar, como tem ocorrido, convocações de pessoas já falecidas para atuarem politicamente, entendemos que a comunicação do óbito ao Cartório Eleitoral da Comarca respectiva possibilitará melhor atualização dos cadastros de eleitores.

É pela necessidade do serviço que será oferecido à população que solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

Uso a tribuna neste momento para fazer algumas considerações a respeito daquilo que tem acontecido na Assembléia, especialmente, com as repercussões do que aconteceu aqui ontem, do debate entre o líder do Governo e o nosso líder do PT, Ângelo Vanhoni. O senhor líder do Governo disse que o deputado estaria generalizando e, não poderia generalizar porque isso implicaria todos os Pares desta Casa.

Mas ouvindo hoje alguns programas nas emissoras de rádio de Curitiba, ouvindo a notícia do jornal, temos percebido que todas as notícias têm incluído a nós todos, nesse processo.

Vimos, também na imprensa que a Assembléia Legislativa vai processar quem disse ou desdisse ou falou sobre dos 3,4 milhões que vieram de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 04 (quatro) de autoria do senhor deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao senhor Carlos Marchioro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 014, de 15.03.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 70/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo conceder o título de Cidadania Benemérita ao senhor Carlos Marchioro.

Fundamentação

Chamada opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a normal tramitação da proposição em tela.

Conclusão

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao senhor José Anunciação dos Santos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24 de 12.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 163/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hidekazu Takayama, visa conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor José Anunciação dos Santos, conforme especifica.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, da presente propositura, não encontramos nenhum óbice constitucional e legal, que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis.

Nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 23.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 015/96, de autoria do Poder Judiciário, que estabelece a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015/96**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****Capítulo I**

Da Definição, dos Princípios e das
Funções Institucionais

Art. 1º - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo Único - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º - Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

I - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual;

II - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos municípios;

III - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

b) para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade pública do Estado e do município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem;

V - manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais;

VI - exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiências;

VII - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação;

VIII - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas;

IX - interpor recursos, inclusive ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

Art. 3º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre situação funcional, administrativa e financeira do pessoal ativo e inativo, dos quadros próprios da carreira e dos serviços auxiliares;

III - organizar secretarias e serviços auxiliares dos órgãos de administração e execução;

IV - exercer o controle administrativo e financeiro das folhas de pagamentos, da elaboração à quitação, bem como expedir os respectivos demonstrativos;

V - prover cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;

VI - exercer a iniciativa de leis de criação, transformação e extinção de seus cargos, de fixação e reajuste do subsídio dos seus membros e vantagens correspondentes;

VII - exercer a iniciativa de leis de criação, transformação e extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, e de fixação e reajuste dos respectivos vencimentos e vantagens;

VIII - compor os seus órgãos de administração e de execução;

IX - criar e adotar metas, planos, programas, sistemas e prioridades compatíveis com suas funções, autonomia e finalidade;

X - elaborar e aprovar seus regimentos internos;

XI - elaborar sua proposta orçamentária, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias;

XII - dispor sobre a competência dos seus órgãos e atribuições de seus agentes;

XIII - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;

XIV - exercer outras funções e competências inerentes à sua autonomia e finalidades.

§ 1º - As decisões fundadas na autonomia administrativa, financeira e funcional do Ministério Público têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.

§ 2º - Os órgãos do Ministério Público têm asseguradas instalações privativas e independentes nos edifícios das sedes administrativas ou nos fóruns, em igualdade de condições com as destinadas aos magistrados, salvo peculiaridades inerentes às atividades ministeriais.

Art. 4º - O Ministério Público elaborará a sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá ao Poder Legislativo;

§ 1º - Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa;

§ 2º - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, nos termos do artigo 75, inciso II, da Constituição do Estado e pelo controle interno estabelecido nesta lei.

§ 3º - A não observância do disposto na parte final do *caput*, deste artigo, configura ato atentatório ao livre exercício do Ministério Público, para todos os fins.

Art. 5º - A proposta orçamentária do Ministério Público contemplará:

I - as despesas de custeio administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;

II - as despesas de capital, respeitados os limites de disponibilidade de recursos;

III - dotações para atender despesas com a criação de cargo e funções decorrentes, estritamente, de programas e ações derivadas diretamente de suas atribuições;

IV - dotação para atender despesas com atividades de correição;

V - diretrizes, objetivos, metas, planos, programas, sistemas, quadros e prioridades do exercício financeiro correspondente ou de duração continuada.

Capítulo II

Da Organização do Ministério Público

Seção I

Dos Órgãos de Administração

Art. 6º - São órgãos do Ministério Público:

I - Da Administração Superior:

a) a Procuradoria Geral de Justiça;

b) o Colégio de Procuradores de Justiça;

c) Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;

d) Conselho Superior do Ministério Público;

e) a Corregedoria-Geral do Ministério Público;

II - De Administração:

a) as Procuradorias de Justiça;

b) as Promotorias de Justiça.

Seção II

Dos Órgãos de Execução

Art. 7º - São órgãos de execução do Ministério Público:

I - o procurador-geral de Justiça;

II - os subprocuradores-gerais de Justiça;

III - o Conselho Superior do Ministério Público;

IV - os procuradores de Justiça;

V - os promotores de Justiça.

(...) **Obs: O projeto continua**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 634/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a base de cálculo da taxa judiciária e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 03 (três) sendo: uma Aditiva e duas Modificativas todas da C.C.J., devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 634/99

Emenda aditiva para acrescentar dispositivo, onde couber, ao Projeto de Lei nº 634/99, conforme redação a seguir:

Art. ... - Fica revogada a Nota 7 da Tabela IX - Atos dos Escrivães do Cível, Família e Fazenda, constante na Lei nº 11.960, de 19 de dezembro de 1997 e em consequência, revogando o disposto no artigo 43 da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970."

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Líder do Governo

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme, Edgar Bueno, Divanir Braz Palma, Antonio Baratter, Basílio Zanusso, Péricles Mello, Nereu Moura, Ricardo Maia, Pastor Edson Praczyk, Orlando Pesuti, Edno Guimarães e Duílio Genari.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 127, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 144, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 105, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente da sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Fiz um entendimento com o líder do Governo e o deputado Valdir Rossoni ficou de apresentar o levantamento desses dados, se possível amanhã e portanto solicito a retirada da Ordem do Dia e passar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado e retirado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 070, 078, 130, 163, 273 e 505/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição: (usar Catalog - Item/S 14)

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2000.

“O Rato e a Ratoeira”

O Estado do Paraná

Pelo menos nas estradas do território paranaense, as empresas fabricantes de radares, ratoeiras e outros equipamentos eletrônicos de fiscalização do trânsito, estão impedidas de aplicar multas ou delas auferir qualquer vantagem. Lei aprovada pela Assembléia Legislativa nesse sentido foi sancionada pelo governador Jaime Lerner no final do ano passado, colocando fim à farra que beneficiava uma empresa paulista, dona dos equipamentos em uso no Estado. Em sessenta dias, contados da sanção da lei, o governo, através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, deverá renegociar o contrato.

A edição da lei suscitou algum debate. Apressado, o governo havia delegado a função de fiscalizar o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro à iniciativa privada, exatamente à parte interessada na venda dos equipamentos que, segundo se informa, custariam hoje cerca de dois milhões de dólares. A empresa beneficiada tem na aplicação das próprias multas uma forma direta de ressarcimento, já que é remunerada conforme o número de multas que aplica. Isso equivale mais ou menos a entregar ao rato a vigília do queijo e da ratoeira.

Segundo fonte do DER, a nova situação vai criar algum embaraço, que deve começar já com as célebres multas contratuais sempre previstas. A compra de tais equipamentos pelo Estado e, principalmente, a sua operação e manutenção, inviabilizariam o serviço, já que o governo não tem recursos disponíveis para isso. Segundo se informa, a malha rodoviária estadual é monitorada atualmente por meio de sessenta radares tradicionais, que serão desativados em breve, e outros dez radares platônicos. O DER explica que, sem novos investimentos, isso

reduzirá o monitoramento para menos de um por cento da malha viária, comprometendo a segurança no trânsito.

Discordamos da assertiva. Primeiro, porque se aplicar multas é uma atividade que pode ser economicamente atrativa para uma empresa privada que tem o objetivo de lucro, muito mais o seria para o serviço público - a Polícia Rodoviária - que em lugar do lucro tem compromisso com a educação e com a segurança dos cidadãos em trânsito. Segundo, porque a segurança no trânsito não advém do número de radares em serviço, nem também do número de multas aplicadas e, sim, do grau de consciência e de educação alcançado pelos motoristas. Terceiro, porque mais importante que coibir velocidade é proporcionar condições de segurança a quem trafega, e nisto o Estado tem falhado sempre.

É uma pena que o exemplo que vem com a nova lei não vale para os serviços que, pelo novo Código de Trânsito, foram delegados aos municípios. Prefeitos existem - e infelizmente constituem a maioria - adeptos das multas eletrônicas tão combatidas pelo falecido presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Anibal Khury. Como é público e notório, a penalização (e não a educação e a segurança) é o que importa e, na maioria dos casos, ela nasce de uma estranha (para não dizer indecente) parceria entre o poder público e os fabricantes de equipamentos eletrônicos, à semelhança do incestuoso relacionamento que, no âmbito estadual, acaba de ser banido.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 461/99

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, aposentadoria, a pedido de JOÃO CAXIAS URBAN, matrícula nº 408, ocupante do cargo de Procurador 2ª Classe, NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 35, inciso III, letra “a”, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 140, inciso I, da Lei nº 6.174/70, e artigo 11, da Resolução de nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia DAS-4; verba de representação, conforme o disposto no artigo 3º da Lei de nº 8.198, de 17 de dezembro de 1985; e de acordo com o inciso IX, do artigo 37 da Lei Complementar de nº 40, de 14 de dezembro de 1981, trinta e cinco por cento (35%) referentes a sete (07) adicionais, observando-se neste o que dispõe o inciso XIV, do artigo 37 da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de folhas 16, da Diretoria de Pessoal, desta Casa.

(Prot. nº 9828/98)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.12.99.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 14 da Lei 12825 de 28 de dezembro de 1999

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 004/2000 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12825 de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Valor
31900100	9000	10.000,00
TOTAL		10.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	P/A	Valor
31900900	9000	10.000,00
TOTAL		10.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.01.2000.

(aa) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto:

Deputado HERMAS BRANDÃO
1º Secretário

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 23/2000

colocar, a disposição funcional junto à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o servidor deste Poder Legislativo JOÃO CARLOS BRUNO DE OLIVEIRA, até 31 de dezembro de 2000, sem ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 773/2000)

PORTARIA Nº 24/2000

colocar, a disposição funcional junto à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o servidor deste Poder Legislativo CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI, até 31 de dezembro de 2000, sem ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 774/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.02.2000.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Plauto Miró Guimarães Filho, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Carlos Simões, Antonio Belinati e mais os deputados Valdir Rossoni, Cezar Silvestri, Tony Garcia, Ademir Bier e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 606/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Valdir Rossoni, na forma do Substitutivo Geral - APROVADO, com voto contrário dos deputados Hermes Fonseca e Waldyr Pugliesi; 02) Projeto de Lei nº 145/98 de autoria dos deputados Anibal Khury e Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk, na forma de Emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 410/99 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk, à Emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 200/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk, à Emenda de Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 634/99 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da Emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 636/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 601/99 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, à emenda de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei Complementar nº 015/96 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Basílio Zanusso, com Substitutivo e acolhimento e encaminhamento da emenda do deputado Orlando Pessuti à Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

OBSERVAÇÕES:

* Digitar **sem abreviar**:

Exemplos: senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada, **artigo** **, /2000, ... (sempre em **Caixa Baixa**)

Vossa Excelência, Ilustríssimo, Digníssimo, Excelentíssimo, Sua Excelência, Eminentíssimo, ... (sempre em **Caixa Alta e Baixa**)

* Digitar em **Caixa Baixa**, quando se referir a cargos:

Exemplos: **vereador** Éde Abib, **presidente** Nelson Justus, **deputado** Orlando Pessuti, **secretário** de Estado da Segurança Pública José Tavares, **ex-governador** Roberto Requião, **delegado** de Polícia Aduino, **ministro** da Fazenda, **presidente** da República Fernando Henrique Cardoso, ...

* Digitar em **Caixa Baixa**, bairros, municípios, cidades:

Exemplos: **bairro** Portão, **município** de Londrina, **cidade** de Cascavel, ...

* Digitar em **Caixa Baixa**, estas palavras quando não estiverem seguidas de numeração ou designação:

Exemplos: requerimento, projeto de lei, lei, mensagem, cargo, comissão, sessão, ...

* Digitar em **Caixa Baixa**:

governo federal, governo estadual, governo do Estado do Paraná, parlamentar, ...

* Digitar em **Caixa Baixa**, festas pagãs ou populares:

Exemplos: carnaval, festa junina, ...

* Digitar em **Caixa Alta e Baixa**:

Sessão Ordinária ou Extraordinária ou Solene ou Especial, Ordem do Dia, **Presidência** desta Casa, **Diretoria** Geral, **Coordenadoria** da Gráfica, Regime de Urgência, Questão de Ordem, ...

* Digitar em **Caixa Alta e Baixa**, nomes que designam artes, ciências ou disciplinas:

Exemplos: Agricultura, Direito, História do Brasil, Pintura, Arte, Ciência, Cultura, ...

* Digitar em **Caixa Alta e Baixa**, nomes que designam altos conceitos religiosos, políticos ou nacionalistas:

Exemplos: Igreja, Nação, Estado, Pátria, País, Raça, ...

* Digitar em **Caixa Alta e Baixa**, títulos de livros, jornais, revistas:

Exemplos: O Guarani, O Estado do Paraná, Gazeta do Povo, Veja, Galileu, ...

* Digitar em **Caixa Alta e Baixa**, fatos históricos, atos solenes:

Exemplos: Descobrimento do Brasil, Dia das Mães, Dia do Índio, Reforma Agrária, Exposição Nacional, ...

* Digitar em **Caixa Alta e Baixa**, nomes de escolas de qualquer espécie ou grau de ensino:

Exemplos: Instituto de Educação do Paraná, Colégio Estadual do Paraná, Faculdade de Filosofia, ...

* Digitar em **Caixa Alta e Baixa**, repartições, edifícios, estabelecimentos públicos ou particulares:

Exemplos: Prefeitura, Câmara, Senado, Plenário, Diretoria Geral, Departamento Legislativo, Palácio, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Edifício Tancredo Neves, Banco do Brasil, Teatro Guaíra, Tesouro do Estado, ...

* Digitar em **Caixa Alta e Baixa**, vias, lugares públicos:

Exemplos: Jardim Centenário, Vila Isabel, Rua XV de Novembro, Avenida Visconde de Guarapuava, Praça Tiradentes, Largo da Ordem, Travessa da Lapa, ...

* Digitar estas palavras em **Caixa Alta e Baixa**, para diferenciarem-se:

Exemplos: Bancada, Mesa, Câmara, Partido, Estado, Banco, Pares, Casa, Horário da Liderança, líder da Situação, líder da Oposição, Liderança do Governo, Ata, Anais, Emenda, Substitutivo Geral, ...

* **Sigla**:

- Quando formar palavra, digitar em **Caixa Alta e Baixa**.

Exemplos: Copel, Sanepar, Senai, Senac, Sercomtel, Banestado, Ciretran, Detran, ...

- Quando for poucas letras, mesmo que formem palavras, mas não se separem, digitar em **Caixa Alta**.

Exemplos: INSS, IBGE, IPE, BRDE, SESC, ...

* Digitar em *itálico*, apenas palavras em latim:

Exemplos: *caput, ad referendum, de cujus, sub judice*, ...

* Digitar com apóstrofo e s minúsculo:

Exemplos: UFIR's, APAE's, APMI's, ...

* Digitar centralizado e **negrito** os comentários taquigráficos:

Exemplos:

(Tumulto nas galerias)

(Aplausos)

(É retirado o som)

(Usa o horário da Liderança)

(**Execução do Hino**)
(**Entrega do diploma**)
(**Vozes paralelas**)

(**Assentimento**) - não é centralizado, é no parágrafo.

(**Declinam**) - não é centralizado, é no parágrafo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**) ou (**Questão de Ordem**) ou (**Para Encaminhar**) - é ao lado do nome do deputado.

* Digitar **horas** assim:

- Hora Cheia:

Exemplos: 9h00 ou 9 horas ou 9h

- Hora Quebrada:

Exemplos: 9h30min ou 9h30